



2004/01/12

REFORMAS NAS FORÇAS ARMADAS BELGAS

Alexandre Reis Rodrigues

O governo belga está preocupado com a excessiva percentagem do orçamento de defesa que vai para os encargos com pessoal e operação/manutenção (87%), o que deixa para investimentos apenas 13% do total. Por isso está a desenvolver um plano a 11 anos para reduzir os encargos com pessoal para o nível dos 50% (presentemente em 59%), os da operação/manutenção para 25% (agora nos 28%) e aumentar para 25% as verbas disponíveis para investimento.

A fórmula (50%, 25%, 25%) é a geralmente aceite mas nas forças armadas mais modernas, que procuram acompanhar os mais recentes desenvolvimentos tecnológicos, como é o caso das americanas e inglesas, os encargos com pessoal não ultrapassam 35%, para permitir um maior investimento em material.

Há muito que se vem defendendo a necessidade de corrigir a estrutura do orçamento da Defesa em Portugal no mesmo sentido, mas os governos têm permanecido insensíveis ou sem vontade política para tomar as medidas que seriam necessárias para pôr fim à distorção também existente entre nós (60.74% para pessoal, 21.33% para operação/manutenção e 17.93% para investimento em 2004 [1]).

Não há, obviamente, soluções milagrosas para resolver a situação: ou se aumenta o orçamento ou se reduzem os efectivos. Ou, eventualmente, recorre-se à solução intermédia, combinando as outras duas. No caso português, o governo fez constar no Conceito Estratégico de Defesa Nacional a intenção de aumentar o orçamento para o nível médio europeu, ainda que sem fornecer o respectivo calendário ou, pelo menos, uma data limite. É tudo quanto se sabe ou, pelo menos, tudo o que veio a público. Ainda está para se saber que estrutura se pretende para o orçamento e se outras medidas correctivas, através de mexidas nos efectivos, estão também a ser consideradas. É tudo muito "secreto" ou então não há ideias sobre o que fazer, o que seria bem pior.

No que respeita às forças armadas belgas parece já não haver dúvidas. Os efectivos serão reduzidos, de uma forma faseada dos actuais 40.300 para 35.000 em 2015. Haverá um recurso muito mais intensivo à contratação externa de serviços ("outsourcing") para o funcionamento dos serviços e manutenção. Nas aquisições de material, recorrer-se-á mais a material disponível no mercado e a aquisições conjuntas com outros países, sempre que possível.

O plano de reformas está concebido em duas fases. Numa primeira, de 2004 a 2008, os esforços centrar-se-ão no exército que, no fim do período, deve ser capaz de projectar no exterior 68% das suas capacidades (presentemente, terá 40%!). Embora com um crescimento do orçamento de apenas meio ponto acima da inflação, anuncia-se, paralelamente, melhor equipamento e armamento e aumentos nos vencimentos. Na segunda fase, de 2009 a 2015, continuarão as reduções de efectivos e será abatido o material entretanto considerado antiquado ou obsoleto. Serão impostas significativas reduções na Força Aérea. O número de F16 baixará de 90 para 60 e os 11 C130 serão substituídos por 7 A400M. Nada se viu referir sobre a marinha.

Há que esperar para ver como tudo isto vai resultar. Para já, há pelo menos vontade de tentar resolver os problemas e procurar uma outra forma de pôr as forças armadas a responderem melhor aos actuais desafios. O que é de saudar.

[1] Percentagens calculadas com base na soma do orçamento de funcionamento com as verbas inscritas no PIDDAC e na LPM.